

Registro: 2016.0000032784

168

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0019527-75.2013.8.26.0003, da Comarca de São Paulo, em que é apelante THIAGO MONTEIRO DE BARROS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado WALTER EGON AY.

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores LUIZ EURICO (Presidente sem voto), MARIA CLÁUDIA BEDOTTI E SÁ DUARTE.

São Paulo, 14 de dezembro de 2015

Sá Moreira de Oliveira
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Apelação com Revisão nº 0019527-75.2013.8.26.0003

Comarca: São Paulo

Apelante: Thiago Monteiro de Barros

Apelado: Walter Egon Ay

TJSP – 33ª Câmara de Direito Privado

(Voto nº SMO 22062)

ACIDENTE DE TRÂNSITO – Dinâmica do acidente – Culpa comprovada – Distância de segurança lateral, velocidade e condições de circulação do local não observadas – Obrigação do veículo maior de zelar pela segurança do veículo menor – Circunstâncias de trânsito que exigiam maior cautela – Danos materiais cuja indenização deverá corresponder aos gastos efetivamente comprovados – Dano moral caracterizado – Indenização devida – Quantia majorada.

Recurso parcialmente provido.

Trata-se de recurso de apelação interposto por THIAGO MONTEIRO DE BARROS (fls. 199/211) contra r. sentença de fls. 192/195 proferida pelo MM. Juiz da 4ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara da Comarca da Capital, Dr. Marco Antônio Botto Muscari, que julgou improcedente a ação de reparação de danos movida contra WALTER EGON AY, condenando o apelante ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono do apelado, fixados em R\$2.000,00, com exigibilidade suspensa nos termos da Lei nº 1.060/1950.

Sustenta o apelante que teve seu direito de defesa cerceado, pois lhe foi negada oportunidade para apresentação de memoriais escritos. Afirma que a prova testemunhal nem sempre é determinante para a responsabilização. Diz que comprovou os danos materiais, morais e estéticos que sofreu, bem como o nexo de causalidade entre eles e o acidente relatado na inicial. Acrescenta que o próprio apelado assumiu responsabilidade pelo acidente, ao acionar o próprio seguro para conserto dos veículos envolvidos e que tal conclusão é reforçada pelo fato de a seguradora não lhe ter promovido ação de regresso. Postula o provimento do recurso para julgar procedente a ação.

Contrarrazões às fls. 214/219, pela manutenção da

sentença.

É o relatório.

A preliminar de nulidade da sentença não procede.

A concessão de prazo para a apresentação de memoriais pelas partes não é ato processual obrigatório. Os memoriais são apenas um resumo dos fatos e fundamentos sustentados por cada parte, não sendo peça processual indispensável. Nesse sentido, a jurisprudência deste E. Tribunal:

“Processo Civil. Prolação de sentença antes de oferecimento de memoriais pela parte. Oportunidade para oferecimento de razões que não é obrigatória, mas faculdade. Inteligência do art. 454, § 3º do CPC. Ausência de nulidade. Ferimento ao contraditório inexistente. Preliminar rejeitada.” (TJSP, Apelação nº 616.751-4/8, Rel. Des. Maia da Cunha, 4ª Câmara de Dir. Privado, j. 12/02/2009)

“SENTENÇA - Nulidade - Inocorrência - Falta de oportunidade para alegações finais - Irrelevância - Julgamento antecipado da lide - Desnecessidade de memoriais - Preliminar rejeitada.” (TJSP, Apelação nº 1.303.079-4, Rel. Des. Álvaro Torres Júnior, 20ª Câmara de Dir. Privado, j. 16/05/2007)

No mérito, o recurso merece parcial provimento.

De fato, a ocorrência, em 08/05/2012, do acidente relatado na inicial é fato incontroverso nos autos e confirmado pelo boletim de fls. 12/19.

Quanto à dinâmica do acidente, em que pese a controvérsia a respeito da prévia sinalização por parte do apelado, ambas as partes concordam que, ao mudar de faixa, o veículo dirigido pelo apelado interceptou a trajetória da motocicleta conduzida pelo apelante.

A este respeito, o apelante declarou à autoridade policial que *“conduzia sua moto pela Av. dos Bandeirantes sentido Marginal quando um veículo trocou de faixa sem dar seta, momento em que colidiu”* (fls. 16).

Por sua vez, o apelado relatou, também por ocasião da lavratura do boletim de ocorrência, que *“conduzia seu veículo pela Avenida dos Bandeirantes sentido marginal, estava pela faixa dois, deu seta para trocar de faixa, momento em que a moto colidiu em seu veículo”* (fls. 17).

Nesse contexto, respeitado o posicionamento do MM. Magistrado *a quo*, entendo que tem razão o apelante em seu recurso, pois restou

suficientemente comprovado nos autos que a responsabilidade pela colisão e pelos danos dela decorrentes deverá ser atribuída ao apelado.

Desnecessária para tanto, a produção de prova testemunhal, pois os depoimentos dos condutores dos veículos envolvidos no acidente confirmam a versão narrada na inicial, segundo a qual a trajetória da motocicleta foi interceptada pelo carro.

Eventual sinalização prévia por parte do apelado, o cumprimento de seu dever de atenção para execução da manobra e, ainda, eventual excesso de velocidade por parte do apelante, são fatos impeditivos do direito postulado na inicial. Prová-los, portanto, incumbia ao apelado, nos termos do inciso II do artigo 333 do Código de Processo Civil.

Além do mais, é de se observar também que o apelado não produziu qualquer outra prova na fase de instrução, sustentando desde o início que a culpa dos motoqueiros, em casos de colisões como a relatada nos autos, é presumível diante dos dados estatísticos colhidos no Município de São Paulo (conforme relatório que instruiu a peça de defesa – fls. 132/137).

Pois bem.

Para a configuração da responsabilidade civil é necessária a verificação de ato ilícito, de dano e de nexo de causalidade entre eles.

Por ser o caso em tela acidente de trânsito, trata-se de responsabilidade civil subjetiva, sendo também necessária a verificação de culpa em sentido amplo, conforme ensina a doutrina:

“A culpa é um dos pressupostos da responsabilidade civil. Nesse sentido, preceitua o art. 186 do Código Civil que a ação ou omissão do agente seja 'voluntária' ou que haja, pelo menos, 'negligência' ou 'imprudência'.” (GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. 10ª ed. São Paulo, Saraiva: 2007. pp. 530/531)

O art. 29, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que *“Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres”*.

Ainda, de acordo com o art. 33 do Código de Trânsito Brasileiro, *“O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que*

pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade”.

Do conjunto probatório reunido, restou comprovado que o veículo conduzido pelo apelado derivou para a pista da esquerda, interceptando a trajetória da motocicleta que seguia à sua esquerda e a atingindo, ocasionando danos à motocicleta e a seu condutor, que foi socorrido e levado ao hospital Saboya pela autoridade policial (cf. relatório de fls. 19).

Vê-se, pois, que o apelado não agiu com a especial cautela que se espera de condutores de veículos que trafegam em área urbana, onde há intenso fluxo de veículos menores,. Violou o dever de cuidado imposto pelo Código de Trânsito Brasileiro ao executar a conversão à esquerda sem observar a trajetória da motocicleta, que também trafegava à sua esquerda, assim como os demais veículos.

Comprovada, assim, a culpa do apelado pelo acidente, existe o dever de indenizar, nos termos do art. 927, cumulado com artigo 186, ambos do Código Civil.

Assim sendo, de rigor a reforma da r. sentença de improcedência para acolher os pedidos indenizatórios, restando apenas a análise das verbas pleiteadas.

Com relação aos danos materiais, deve o apelado indenizar o apelante pelos gastos comprovados às fls. 25/26, que se referem a medicamentos adquiridos pelo apelante para tratamento dos ferimentos sofridos em decorrência do acidente relatado na inicial.

Por outro lado, não é devida indenização pelas alegadas despesas médicas e de transporte, vez que não comprovadas nos autos.

Os danos moral e estético também restaram devidamente demonstrados nos autos.

O laudo realizado pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC (fls. 164/170) expressamente atestou os danos ocasionados em razão do acidente, de caráter físico e estético, consignando, entre outras informações:

“Mão Direta: Cicatriz da região dorsal do 4º metacarpo

alargada plana de bom aspecto.

[...]

Do que se pode analisar e avaliar dos dados dos autos e da perícia médica atual conclui-se que:

O autor é portador de sequela de fratura do 4º e do 5º metacarpo da mão direita sem perspectiva de melhora funcional.

Dano patrimonial/funcional leve (25% de 0 a 100%) e permanente para a mão direita.

Capacidade laborativa parcial e permanente prejudicada devendo evitar atividades que exijam de movimentos delicados da mão direita, bem como as que exijam de toda a mobilidade do 4º dedo.

Não há incapacidade para a atividade habitual do autor.

A sequela atual é compatível com o tipo de trauma do acidente referido nos autos.” (fls. 167/168)

E, nesse contexto, o dano moral é evidente, pois é presumível o sofrimento e o abalo aos direitos da personalidade ocasionado por acidente como o relatado nos autos, que, além das dores e da necessidade de prolongado tratamento (cirurgias e de 60 a 70 sessões de fisioterapia), deu causa a lesões físicas de caráter permanente e cicatriz em local aparente.

Contudo, considerado que o dano estético “*não se trata, pois, de uma terceira espécie de dano, ao lado do dano material e do dano moral, mas apenas de um aspecto deste*”¹, observo que, não obstante a marca indelével da cicatriz e das limitações dos membros, alcança a dor física e psíquica.

Carlos Roberto Gonçalves define alguns parâmetros para a fixação do dano moral:

“Em geral, mede-se a indenização pelo dano e não pelo grau de culpa. No caso do dano moral, entretanto, o grau de culpa também é levado em consideração, juntamente com a gravidade, extensão e repercussão da ofensa, bem como a intensidade do sofrimento acarretado à vítima. A culpa concorrente do lesado constitui fator de atenuação da responsabilidade do ofensor.

Além da situação patrimonial das partes, deve-se considerar, também, como agravante o proveito obtido pelo lesante com a prática do ato ilícito. A ausência de eventual vantagem, porém, não o isenta da obrigação de reparar o dano causado ao ofendido.” (GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 634).

Dessa forma, considerado o sofrimento do apelante, a culpa do apelado, as condições socioeconômicas das partes, e com lastro, ainda,

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. Editora Saraiva: 2007, 10ª Edição, pág. 768.

nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, fixo a indenização em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, valor que entendo razoável para indenizar os constrangimentos sofridos pelo apelante e desestimular o apelado a praticar conduta semelhante.

Ainda no que se refere ao dano moral, em relação à recomposição do valor da moeda, este Relator entende que deve ser corrigido a partir da r. sentença, conforme prescrição da Súmula nº 362 do Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, resta vencido quanto ao termo e a extensão da base de cálculo para essa correção, entendendo a maioria que a correção a partir da r. sentença restringe-se ao que fora determinado lá, ou seja, aos R\$ 2.000,00, e, para a diferença, caberia a incidência de correção monetária a partir do presente v. acórdão.

Diante do exposto, por unanimidade, dá-se parcial provimento ao recurso, para julgar parcialmente procedente a ação e condenar o apelado ao pagamento de indenização pelos danos materiais comprovados pelos recibos de fls. 25/26, cujos valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data do desembolso e ser acrescidos de juros de mora desde a data da citação, bem como de indenização por danos morais, ora fixados em R\$5.000,00. E, em relação à correção monetária, em aplicação à Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, entende-se que deverão os R\$ 2.000,00, fixados originalmente, ser corrigidos a partir da r. sentença e os outros R\$ 3.000,00 a partir deste v. acórdão.

Invertido o ônus sucumbencial, condeno o apelado ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor atualizado da condenação.

SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA
Relator